

IMPLICAÇÕES DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NA POLÍTICA/GESTÃO EDUCACIONAL NA AMAZÔNIA TOCANTINENSE

Raimundo Ferreira Rodrigues. UFT. professoraimundo@uft.edu.br

Rosilene Lagares. UFT. roselagares@uft.edu.br

Leonardo Victor dos Santos. UFT. professorleonardoaraias@gmail.com

Introdução

Com base em Peroni e Garcia (2020), entendemos como processo de privatização da educação o fenômeno de a iniciativa privada assumir o protagonismo na definição e ou execução da política/gestão educacional pública.

Nesta linha de raciocínio, problematizamos tal processo de privatização na política/gestão educacional municipal na Amazônia tocantinense a partir dos anos 1990. Mais especificamente, neste texto, temos por objetivo apresentar resultados de pesquisa que analisa implicações da privatização da educação municipal na Amazônia tocantinense na política/gestão educacional, especialmente, para a democratização do acesso e da qualidade como direitos educacionais socialmente referenciados.

Fundamentando-nos no materialismo histórico dialético (Evangelista, 2012) e em pesquisa bibliográfica e empírico-documental, buscamos apreender o movimento do todo para as partes e das partes para o todo, uma vez que há uma estreita conexão entre a política/gestão educacional municipal/local com a nacional e internacional.

O movimento de privatização da educação

O movimento de privatização da educação municipal na Amazônia tocantinense é intensificado no início na década de 1990, mediante a criação do Estado do Tocantins na Constituição de 1988, no auge de implementação da política educacional neoliberal no país.

Neste contexto dos anos 1990, destacam-se três mecanismos que constituem a base legal para a participação do setor privado na educação: o Plano Diretor do Aparelho de Estado (PDRAE) (Brasil, 1995), a Emenda Constitucional (EC) nº 19/1998 (Brasil,

1998) e a Lei Complementar nº 101/2000 (Brasil, 2000), chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, que fundamenta a opção pelo Estado Mínimo e a concessão legal de transferências de recursos públicos para entidades privadas via contratos de gestão, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

As implicações negativas da privatização da educação, evidenciando a exclusão de alunos das escolas públicas em prol das privadas e a transferência de responsabilidades educacionais para o setor privado. Para Peroni e Garcia (2020), esse processo ocorre quando a iniciativa privada, representada pelos Aparelhos Privados de Hegemonia (APH) da classe dominante burguesa atuam para definir a política/gestão e o conteúdo da educação, por meio da formação de diretores escolares, coordenadores pedagógicos e professores; ao estabelecer as rotinas da gestão educacional e escolar; ao conduzir o acompanhamento, monitoramento e avaliação dos processos de gestão, ensino e aprendizagem.

Santos (2019), também, observam que esse fenômeno, globalmente presente, implica em pressões por eficiência, controle de resultados, competitividade, individualismo, modernização e abertura da educação para o mercado, com base na gestão gerencial excludente e não democrática. Em contraposição a esse ordenamento neoliberal, o Estado Democrático de Direito, estabelecido na Constituição Federal de 1988, especificamente, no regime jurídico para a área da educação, deve assumir o seu papel e garantir os direitos relacionados à gestão democrática; à escola laica, inclusiva e de qualidade socialmente referenciada para todas as pessoas.

A privatização da educação, no sentido de atender interesses mercadológicos, implica na negação de direitos constitucionais fundamentais como: a gestão democrática do ensino público; o direito social da educação e a qualidade da educação Brasil, 1988; 1996; 2014).

Entendemos que a ascensão da privatização da educação, principalmente, em países em desenvolvimento, ocorre com o intuito de transferir para o setor privado a responsabilidade pela oferta de serviços educacionais. Neste sentido, é emergente a necessidade de o Estado regular e fiscalizar as instituições privadas de ensino, para evitar desigualdades no acesso e na qualidade da educação. Neste sentido, é fundamental que o Estado adote políticas e regulamentações que garantam qualidade, equidade, acesso universal à educação, além da inclusão e não discriminação na oferta educacional.

No caso da educação municipal, a complexidade da privatização ressalta a importância de uma análise criteriosa dos contextos políticos, sociais, econômicos, culturais locais. Nesse sentido, a diversidade geográfica e as demandas específicas das comunidades como elementos cruciais a serem considerados. Logo, refletir sobre os motivos e implicações desse processo é crucial para embasar políticas/gestão educacionais adequadas à realidade local, buscando garantir acesso, qualidade e equidade educacional para todas as pessoas.

A privatização da educação no Brasil, na Região Norte e na Amazônia tocantinense está em sintonia com as teses neoliberais, de Estado mínimo e mercado máximo, conforme as orientações dos organismos multilaterais, de modo a refletir interesses específicos de corporações e organizações associadas (Adrião, 2018; Santos, 2019). Outrossim, para Peroni (2020) a privatização pode intensificar desigualdades sociais e educacionais, ampliando o acesso ou o acesso a uma educação de qualidade apenas àquelas pessoas que podem pagar.

No contexto da Amazônia tocantinense, é possível identificar a presença e o avanço da privatização na educação municipal, que incluem a própria expansão das escolas particulares, a participação de entidades privadas na gestão e prestação de serviços educacionais, a plataformização da educação (soluções tecnológicas ofertadas por empresas privadas), o uso de apostilas na forma de sistemas de ensino privados e a influência da lógica de mercado na educação. Assim, a transferência de responsabilidades e recursos do setor público para o privado pode afetar a dinâmica e qualidade da educação.

A prestação dos serviços educacionais, a terceirização de atividades essenciais, como a contratação de professores e a administração de escolas, são tendências de privatização municipal, assim como convênios entre o poder público e entidades privadas, abrangendo desde a infraestrutura educacional até a oferta de programas educacionais, promovendo a privatização gradual da educação. A privatização, trata a educação como uma mercadoria, resultando em segmentação e desigualdade no acesso.

Notas conclusivas

Problematizando o processo de privatização na política/gestão educacional municipal na Amazônia tocantinense, observamos implicações da privatização com

mudanças estruturais, como na organização da educação, no acesso, na gestão, nos conteúdos, na formação docente, na qualidade, entre outros, colocando em risco os princípios democráticos e os direitos educacionais socialmente referenciados.

Essa tendência, embasada em teses neoliberais de Estado mínimo e mercado máximo, ameaça a garantia de uma educação de qualidade para todos, contrariando direitos constitucionais fundamentais e a necessidade de políticas educacionais mais inclusivas. Portanto, a compreensão e análise crítica desses processos são essenciais para orientar uma política/gestão pública da educação.

Referências

ADRIÃO, T. DIMENSÕES E FORMAS DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: Caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018. ISSN. 1645-1384.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, 5 de outubro de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE)**. Brasília, DF, 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15 mai. 2023.

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson S. (Orgs.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais** - Campinas-SP: Alínea, 2012: Editora Alínea, 2012.

PERONI, V. M. V.; GARCIA, T. DOSSIÊ - Processos de privatização da educação em países latino-americanos. Apresentação – Diálogos sobre distintas formas de privatização: caminhadas de pesquisa sobre o tema. **Educar em Revista**, Curitiba, v.

36, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/index>>
Acesso em: 17 de dez. 2023.

PERONI, V. M. V. RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NO CONTEXTO DE NEOCONSERVADORISMO NO BRASIL. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 41, e241697, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES.241697>>

SANTOS, L. V. dos. **PRIVATIZAÇÕES NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO TOCANTINS: PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS X REGIME DE COLABORAÇÃO PÚBLICO-PÚBLICO**. UFT. Palmas, TO, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/1455>> Acesso em 15 de nov. 2024.